**EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA \_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CIDADE – ESTADO.**

**Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da CI nº, inscrito no CPF,** residente e domiciliado na **\_\_\_\_\_**\_, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve, com endereço ao rodapé, vem respeitosamente perante Vossa Excelência propor

**AÇÃO DE COBRANÇA**

em face de **nome, qualificação, endereço**, pelas razões de fato e de direito que passa aduzir e no final requer:

**JUSTIÇA GRATUITA:**

O requerente valendo-se da legislação, requer que sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita uma vez que não reúne qualquer condição de custear as mínimas despesas decorrentes do processo.

Ocorre Meritíssimo que este requerente, não se encontra sem condição de arcar com as custas judiciárias, uma vez que não conta mais com os vencimentos quais gozava, sendo ainda que o valor outrora fixado em sede de pensão se faz altíssimo, razão da presente demanda, salientando-se ainda que possui diversas despesas, quais são acostadas em anexo ao presente auto, Nesse sentido trata o artigo 1º, parágrafo 2º, Lei 5.478/68:

“Art. 1º A ação de alimentos é de rito especial, independe de prévia distribuição e de anterior concessão do benefício de gratuidade.

§ 2º A parte que não estiver em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, gozará do benefício da gratuidade, por simples afirmativa dessas condições perante o Juiz, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.”

O artigo 4º da Lei 1.060/50, bem como o art. 4º da Lei 7.510/86, disciplina que: “A parte gozará dos benefícios da Assistência Judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família”.

Nossos Tribunais têm-se manifestado positivamente acerca do assunto:

“Justiça Gratuita. Requerimento feito por advogado. Validade.  Inteligência do art. 42 da Lei 1.060 de 1.950. A Lei não obsta a que o requerimento do benefício de assistência judiciária que faz por patrono da parte, regularmente constituído, pouco importando que o beneficiário não tenha formulado ou assinado o pedido.  Importa, sim, o exato entendimento do art. 4º da Lei 1060 de 1950, a demonstração clara de pobreza no sentido legal.” (AC. 1ª Câm. do TAMG, Com. de Belo Horizonte, de 10.09.1975, cf.  ADCOAS 1976 Nº 43456, pág. 501).

Portanto, para a concessão do benefício da justiça gratuita, basta a simples afirmação da requerente de sua condição atual.

Desta forma, o requerente, pelos motivos e fundamentos acima expostos, requer que lhe sejam deferidos os benefícios da justiça gratuita, e ainda, por ser a única forma de lhe proporcionar o mais amplo acesso ao poder judiciário, garantia essa que a Constituição Federal elegeu no inciso LXXIV, do artigo 5º.

**DOS FATOS**

A Requerente é credora do montante de R$ ..., onde o (nome do réu) deu causa para impor os serviços e consumir as qualidades que hora fora oferecidas pela (nome da autora da demanda), que no dia ... de (mês) de (ano), o Requerido solicitara tais serviços usufruindo assim de hospedagem e consumos onde este se faz por várias mercadorias, tais como bebidas alimentos entre outros, pois o mesmo fizera uso é que na hora de efetuar o pagamento do valor em tela que hora se exige pela requerente o mesmo, não possuía a quantia a qual se fez pelo consumo, deixando assim a titulo de garantia como credito um aparelho celular no valor de R$ ...., porém após três dias uteis o mesmo deveria retorna para efetuar o pagamento do valor devido pelo uso dos serviços e consumo das mercadorias conforme termo de confissão feito manualmente pelo mesmo (anexo).

O valor dos serviços atualizados até data da proposição desta exordial totaliza o valor de R$ ... conforme poderá ser comprovado com a correção de valores acostada (anexo).

Pois apesar de tentar receber o supracitado valor dos serviços fornecidos pela Requerente de forma e maneira amigável, restaram assim infrutíferas todas as tentativas.

Assim, como não poderia deixar de ser, a Requerente amarga o prejuízo causado pela inadimplência do Requerido, restando unicamente à possibilidade de ressarcimento através da propositura da presente demanda.

**DO DIREITO**

Do supramencionado serviço a qual fora fornecidos ao Sr (nome do réu), ficara acordado que o mesmo deveria retornar para efetuar o pagamento no valor de R$ ..., na data de (dia) de (mês) de (ano) conforme se deflui do mencionado pacto da venda da mercadoria, desta forma, este não fora efetuado, ficando assim o mesmo inadimplido pelo referido Requerido, onde o mesmo se obrigou a cumpri-los e não o fez.

1. 2. Hoje a referida divida atualizada, já perfaz o valor de R$ ..., conforme memória de cálculo anexa.
2. 3. Como restou frustrado o recebimento do respectivo valor, conforme cópia do mesmo em anexo, e esgotados todos os meios possíveis, apesar dos esforços despendidos para que o Requerido pagasse, tendo este sempre se negado a efetuar o pagamento devido, a requerente.
3. 4. Assim, a demandante socorre-se da ação judicial própria para cobrar seu crédito, representado por incontestável prova escrita (anexo).
4. 5. Por estar o devedor em mora desde a data da conclusão da venda, e recibo acostado, incide sobre a dívida os juros e atualização monetária pelo índice do INPC/IBGE.
5. 6. Assim, o total da dívida atinge o montante de R$ ... , atualizados até a data de (dia) de (mês) de (ano), calculando-se com juros simples, a partir da data da prestação dos serviços, levando-se em consideração para a incidência dos juros e atualização monetária o valor principal da dívida, conforme demonstrativos em anexo.

Portanto, cristalino é o direito da Requerente.

**DOS PEDIDOS**

Destarte, requer:

a) Pelo exposto, consubstanciado nas provas produzidas e em toda fundamentação exposta, serve a presente ação para requerer a V. Exa que se digne a citação do requerido por via postal no endereço acima informado para no prazo legal responder a presente ação sob pena de decretação da revelia com todos seus efeitos.

b) julgar procedente a presente ação, para condenar o demandado ao pagamento da dívida ora em cobrança, no valor R$ ..., mais juros e correção monetária que deverão incidir ainda até o pagamento integral da mesma.

c) Protesta ainda provar o alegado por todos os meios de prova admitidos pelo ordenamento jurídico pátrio.

Dá-se à causa o valor R$ ... para os efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF